

Juiz exige chaves de prédio que está na rota dos aviões

Decisão diz que três dos seis andares do edifício são irregulares e determina que dono dos imóveis os desocupe até hoje

Dayane Freitas

O juiz da 3ª Vara Federal Cível, Roberto Gil Leal Faria, deu prazo até hoje para que o conferente André Ricardo de Oliveira, 45, entregue as chaves do quarto ao sexto andar do prédio onde mora — o edifício Villa di Capri —, no Bairro República, Vitória.

Afirmado que a obra é irregular e coloca em risco a segurança das operações no aeroporto de Vitória por causa da altura, o juiz emitiu despacho na última sexta-feira.

Ele determinou que, após a publicação no Diário Oficial da União, o que ocorreu na quarta-feira, Oliveira teria prazo de 48 horas para a entrega — ou seja, hoje.

O juiz justifica a decisão após cinco tentativas “frustradas” de intimar o réu por meio de sua advogada. Se a determinação não for cumprida, “serão adotadas as medidas coercitivas para retirá-las (as pessoas), visando efetivar a demolição”, salientou o juiz.

No imóvel moram mais cinco fa-



EDIFÍCIO VILLA DI CAPRI, cujos apartamentos do 4º ao 6º andar devem ser demolidos, conforme decisão judicial

mílias, que compraram moradias do primeiro ao terceiro andar. No quarto, há dois apartamentos para aluguel. No quinto, mora o conferente e sua noiva, a universitária Eliana Besert. A cobertura também é deles.

Em abril, o juiz determinou a demolição do quarto ao sexto andar. O prazo é de 125 dias, a partir da intimação, até o fim de agosto.

O juiz afirmou que a Prefeitura

de Vitória foi comunicada pela Infraero sobre uma possível obra irregular na rua Jacinto Bresciani, no edifício Villa di Capri. Foi constatado que a prefeitura só aprovou três andares. Mas outros três pavimentos foram erguidos.

A prefeitura disse, em nota, que “está ciente do despacho do juiz e aguarda o fim do prazo legal para adotar as providências cabíveis”.

O OUTRO LADO

Retorno

A reportagem tentou contato com Oliveira, pelo celular de Eliana, que não atendeu nem retornou. Foram deixadas duas mensagens na caixa postal e enviado torpedos, às 16h53 e 19h19.

Obstáculos Demolição de prédios e novo equipamento darão mais segurança a voos

Rampa de aproximação

É a linha de segurança imaginária que os pilotos percorrem antes de pousar

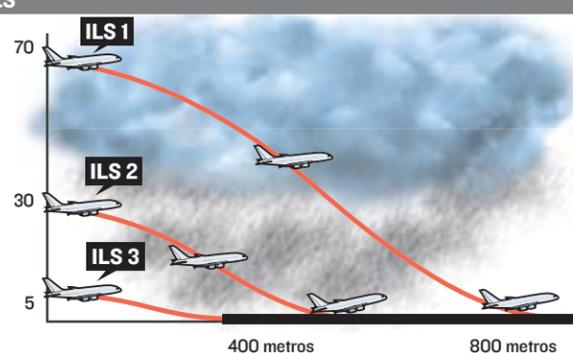


Construções

São mais de 60 prédios, um shopping, um hotel e um motel na Zona de Proteção Aeroportuária de Vitória. Os imóveis vão precisar ser sinalizados ou reduzidos

COMO FUNCIONA O ILS

São antenas que dão as coordenadas para o piloto, do caminho a seguir quando ele não consegue enxergar por causa do mau tempo. O aparelho dá a rota até a pista, passando coordenadas de rampa e eixo.



COMO É EM VITÓRIA:

O equipamento usado é o GPS. Por ele, só se pode pousar se houver 500 pés de teto (152,4 metros) e 2.100 metros de visibilidade.

ILS CATEGORIA 1: É o que será instalado em Vitória. Em Confins (MG), por exemplo, onde é usado, é preciso ter teto de 200 pés (60 metros) e 800 metros de visibilidade.

ILS CATEGORIA 2: Versão mais moderna, usada em Guarulhos, Curitiba e no Galeão. A aproximação é autorizada com 100 pés de teto (30 metros) e 400 metros de visibilidade.

ILS CATEGORIA 3: Usado somente na Europa e nos Estados Unidos. O teto necessário chega a zero.

2.054 OBSTÁCULOS Caixas d'água, torres de celular, casas, árvores e até postes na zona de proteção aérea do aeroporto

Fonte: Departamento de Controle do Espaço Aéreo (Decea) e pesquisa A Tribuna



AVIÃO em aeroporto: ação na Serra

Prefeitura mapeia mais obstáculos

A partir do próximo mês, a Prefeitura da Serra vai intensificar a fiscalização sobre proprietários de imóveis situados no cone de aproximação do aeroporto de Vitória.

O objetivo da administração do município, que fica na cabeceira norte da pista do terminal, é fazer um trabalho de fiscalização semelhante ao que já é feito pela Prefeitura de Vitória. A data ainda não

foi definida, de acordo com a assessoria de imprensa da Secretaria de Desenvolvimento Urbano.

AÇÕES

Além da ação contra o conferente André Ricardo de Oliveira, que determina a demolição do quarto ao sexto andar do edifício Villa di Capri, em Bairro República, Vitória, há um processo na Justiça, de

2007, solicitando a retirada de um andar de um prédio na avenida Adalberto Simão Nader.

De acordo com a prefeitura, a edificação está 2,30 metros acima do permitido pelo Plano Diretor Municipal (PDM) para a região, cujo limite é de de 8,40 metros. O prédio, porém, tem 10,70m. O PDM segue as determinações do Comando da Aeronáutica.

Ministro garante entrega de projeto ao TCU em agosto

As obras do aeroporto de Vitória podem enfim decolar. O ministro do Tribunal de Contas da União (TCU) Raimundo Carreiro garantiu que, com a entrega até o dia 30 de agosto do projeto executivo pelo consórcio que vai fazer as obras, emitirá seu parecer que, logo depois, seguirá para a votação dos outros ministros do tribunal.

A deputada federal Rose de Freitas (PMDB-ES) revelou que conversou com Carreiro e solicitou urgência na análise: “A pauta do TCU está abarrotada, fui pedir prioridade.” Rose disse que o ministro está empenhado em resolver a questão: “Ele prometeu que em 15 dias após a entrega do projeto emite o parecer e coloca em votação.”

A deputada federal adiantou que vai marcar para a próxima quarta ou quinta-feira uma reunião com representantes da Empresa Brasileira de Infraestrutura Aeroportuária (Infraero) e do consórcio que fará as obras para garantir que o projeto executivo seja entregue.

Segundo ela, logo que o parecer for votado, se não houver impedimentos, as obras podem começar imediatamente.

CONTRATO

A construção do novo terminal de passageiros e da nova pista de pouso do aeroporto capixaba está parada desde 2008, quando o consórcio entre as empresas Camargo Corrêa, Mendes Júnior e Estacon rompeu contrato com a Infraero. O primeiro prazo para a entrega havia sido determinado pelo então presidente Lula em 2005.

À época, o Tribunal de Contas da União (TCU) identificou uma série de irregularidades no empreendimento, como o início das obras sem a confecção de um projeto executivo.

Suspeito de superfaturar a obra, o consórcio alegou instabilidade jurídica para continuar tocando o projeto quando o TCU suspendeu os repasses feitos pela Infraero.

Depois de uma decisão de Carreiro, a Infraero fez um aditivo no contrato para que o consórcio desenvolvesse os projetos executivos do terminal, que vão ser submetidos à aprovação dos ministros do TCU. Carreiro anunciou o novo terminal para 2015: 10 anos atrasado.

AGÊNCIA SENADO - 22/07/2013



RAIMUNDO Carreiro: prazo é 2015